

MARCO ANTONIO RODRIGUES

CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL TRIBUTÁRIO

2021



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorreia@hotmail.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Imagem de Capa: Rawpixel / Freepik.com

R696c Rodrigues, Marco Antonio.
Curso de Processo Administrativo e Judicial Tributário / Marco Antonio Rodrigues –
Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
416 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-194-0.

1. Processo administrativo. 2. Direito Tributário. I. Rodrigues, Marco Antonio. II. Título.

1184989

CDD 341.362

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Primeira Parte PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Capítulo 1

TIPOLOGIA DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO	23
---	-----------

Capítulo 2

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	25
---	-----------

2.1. Princípios do processo administrativo fiscal	25
2.1.1. Princípios constitucionais	25
2.1.1.1. Legalidade	25
2.1.1.2. Impessoalidade	27
2.1.1.3. Moralidade	27
2.1.1.4. Publicidade	28
2.1.1.5. Eficiência	30
2.1.2. Princípios constitucionais do processo aplicáveis ao processo administrativo fiscal.....	31
2.1.2.1. Inafastabilidade do controle jurisdicional da decisão proferida na esfera administrativa (artigo 5º, inciso XXXV)	32
2.1.2.2. Devido processo legal (artigo 5º, inciso LIV)	35
2.1.2.3. Contraditório e ampla defesa (artigo 5º, inciso LV)	37
2.1.2.3.1. Uso de instrumentos de promoção de contraditório em sede administrativa fiscal – o amicus curiae e as audiências públicas.....	40
2.1.2.4. A inadmissão das provas obtidas por meios ilícitos (artigo 5º, inciso LVI)	45
2.1.2.4.1. Prova emprestada lícita, se originariamente ilícita?	46
2.1.2.5. Duração razoável do processo (artigo 5º, inciso LXXVIII).....	48
2.1.2.6. Motivação das decisões (art. 93, inciso IX)	49
2.1.3. Aplicação dos princípios do processo administrativo do ente político	51

2.1.3.1. Os princípios do processo administrativo federal e sua aplicação nas demais esferas	53
2.1.3.1.1. Proporcionalidade e razoabilidade	53
2.1.3.1.2. Segurança jurídica	55
2.1.3.1.2.1. Dever de observância de precedentes administrativos?	56
2.1.3.1.3. Interesse público	58
Capítulo 3	
COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	61
3.1. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao processo administrativo fiscal?	62
Capítulo 4	
EFICÁCIA DAS NORMAS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL NO TEMPO.....	65
Capítulo 5	
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL FEDERAL (PAF)	69
5.1. Noções preliminares	69
5.2. Fase de instauração	71
5.2.1. Notificação de lançamento e seus requisitos	71
5.2.2. Auto de infração e seus requisitos	72
5.3. Impugnação.....	73
5.4. Questões procedimentais	77
5.4.1. Aspectos probatórios	77
5.4.2. Intimações	78
5.5. Fase de julgamento	79
5.5.1. O ônus da prova no processo administrativo fiscal	81
5.5.2. Decisão do processo administrativo fiscal.....	84
5.5.3. Reconhecimento de inconstitucionalidade na decisão administrativa	86
5.5.3.1. Reconhecimento de inconstitucionalidade de norma. O papel dos precedentes no Código de Processo Civil e seu impacto no processo administrativo fiscal.....	86
5.5.3.2. Reconhecimento de inconstitucionalidade de ato administrativo	90
5.5.4. Prejudicialidade da decisão do processo administrativo fiscal para a esfera penal	90
5.6. Recursos contra a decisão de primeira instância	92
5.6.1. Embargos de declaração	92
5.6.2. Recurso voluntário e remessa obrigatória	93

SUMÁRIO

5.6.3. Depósito prévio ou arrolamento de bens como condição de procedibilidade de recurso?	95
5.6.4. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	97
5.6.4.1. A extinção do voto de qualidade	98
5.6.5. Recurso especial	100
5.6.6. Pedido de reconsideração	101
5.7. “Coisa julgada administrativa”	102
5.8. Efeitos da decisão final	103

Segunda Parte
PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

Capítulo 6	
PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA	107
6.1. Conceito de Fazenda Pública	107
6.2. As prerrogativas processuais da Fazenda Pública no processo tributário e sua legitimação	108
6.2.1. O Princípio da Supremacia do Interesse Público	109
6.2.2. Os direitos fundamentais processuais como filtros de legitimação das prerrogativas	112
6.3. A sistemática de prazos para a Fazenda Pública	115
6.3.1. Exceções	116
6.4. Intimação pessoal	117
6.5. Duplo grau obrigatório de jurisdição	118
6.5.1. Recursos em face da decisão da remessa necessária	125
Capítulo 7	
TUTELA PROVISÓRIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	127
7.1. As espécies de tutelas provisórias	127
7.2. Contracautela para a concessão de tutela antecipada ou cautelar tributária	130
7.2.1. Exigência de caução para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário	132
7.3. Restrições à tutela provisória em matéria tributária	134
7.4. Efeitos da revogação da tutela provisória	137
7.5. Medida cautelar fiscal	139
7.5.1. Cabimento	140
Capítulo 8	
EXECUÇÃO FISCAL	143
8.1. Conceito e cabimento. A certidão de dívida ativa	143
8.1.1. Presunção e requisitos da certidão	148

8.2. Legitimidade ativa	151
8.3. Legitimidade Passiva	157
8.3.1. Sucessor do devedor	158
8.3.1.1. Espólio.....	158
8.3.1.2. Sucessão da pessoa jurídica.....	160
8.3.2. Responsabilidade dos sócios	162
8.3.2.1. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica na execução fiscal?	164
8.3.3. Executado falido.....	167
8.4. Competência	169
8.4.1. Competências constitucionais.....	169
8.4.2. Competência territorial.....	171
8.4.3. Falência do executado: deslocamento da competência da execução fiscal?	172
8.4.4. Reunião de execuções fiscais.....	173
8.5. Procedimento.....	174
8.5.1. Propositura da execução	174
8.5.2. Índícios de bens para a propositura da execução fiscal federal. O regime diferenciado de cobrança da dívida ativa federal.....	175
8.5.3. A citação do executado.....	178
8.5.3.1. Modalidades de citação	178
8.5.4. Intimação da Fazenda Pública	180
8.5.5. Penhora	181
8.5.5.1. Ordem especial de bens para a penhora	182
8.5.5.2. Penhora de dinheiro.....	183
8.5.5.3. Seguro garantia e fiança bancária	184
8.5.5.4. Penhora de faturamento da pessoa jurídica	187
8.5.5.5. Intimação da penhora	189
8.5.5.6. Substituições de penhora	189
8.5.5.7. Fraude à execução fiscal.....	191
8.6. Outras medidas executivas na execução fiscal.....	192
8.6.1. Medidas coercitivas administrativas.....	192
8.6.1.1. Protesto de dívida ativa.....	193
8.6.1.2. A averbação pré-executória enquanto medida coercitiva ao pagamento do crédito tributário.....	195
8.6.2. Medidas coercitivas no curso da execução.....	196
8.7. Defesas do executado.....	200
8.7.1. Embargos à execução.....	200
8.7.1.1. Formas de contagem do prazo para embargos.....	201

SUMÁRIO

8.7.1.2. Exigência de garantia para a admissibilidade dos embargos?.....	204
8.7.1.3. Efeito suspensivo	209
8.7.1.4. Competência	211
8.7.1.5. Cognição e procedimento	212
8.7.1.6. Recursos.....	213
8.7.2. Outros meios de defesa do executado.....	217
8.7.2.1. Exceção de preexecutividade ou objeção de não executividade...	217
8.7.2.2. Outras ações autônomas – a ação anulatória de débito fiscal.....	218
8.8. Suspensão da execução fiscal.....	220
Capítulo 9	
AÇÕES ANTIEXACIONAIS – REGRAS GERAIS.....	225
9.1. Conceito e espécies.....	225
9.2. Competência nas ações tributárias.....	226
9.2.1. Ações tributárias em face da União ou da Fazenda Pública federal.....	226
9.2.2. Ações tributárias em face das Fazendas Públicas Estaduais, Municipal e Distrital	230
9.3. Suspensão da exigibilidade do crédito pela propositura de alguma dessas ações?.....	232
9.4. Procedimento das ações tributárias.....	234
9.4.1. Obrigatoriedade de audiência de conciliação ou mediação nas ações tributárias?.....	235
9.4.2. Revelia nas ações tributárias.....	237
9.4.3. Ônus da prova nas ações tributárias	239
9.4.4. Honorários advocatícios nas ações tributárias.....	243
9.4.4.1. Equidade	246
9.4.4.2. Honorários recursais	249
9.5. Coisa julgada nas ações tributárias.....	252
9.5.1. Estabilidade das sentenças terminativas	253
9.5.2. Coisa julgada nas ações tributárias em que são julgadas relações jurídicas continuativas. A necessidade de releitura da Súmula n. 239 do Supremo Tribunal Federal	254
9.5.3. Coisa julgada “inconstitucional”	257
9.6. Ações coletivas em matéria tributária.....	261
Capítulo 10	
MANDADO DE SEGURANÇA TRIBUTÁRIO.....	267
10.1. Conceito e histórico.....	267
10.2. Direito líquido e certo	268
10.3. Prazo	272

10.3.1. Prestações tributárias sucessivas	274
10.4. O ato de autoridade fiscal	274
10.4.1. Compensação tributária	277
10.4.2. Leis tributárias	278
10.4.3. Mandado de segurança tributário preventivo.....	281
10.5. Legitimidade no mandado de segurança tributário	281
10.5.1. Legitimidade ativa	281
10.5.1.1. O falecimento do contribuinte impetrante.....	282
10.5.2. Legitimidade passiva	283
10.5.2.1. A autoridade coatora	285
10.6. Liminar	290
10.7. Procedimento	291
10.8. Sentença	293
10.9. Coisa julgada	295
10.10. Recursos.....	298
10.10.1. Recursos no mandado de segurança tributário de competência originária de primeiro grau	298
10.10.2. Recursos no mandado de segurança tributário de competência originária de tribunal.....	302
10.11. Execução	306

Capítulo 11**AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO** 309

11.1. Cabimento.....	309
11.1.1. Discussão da exigibilidade ou extensão do crédito tributário	313
11.1.2. Parcelamento do débito?	314
11.1.3. Consignação extrajudicial?	315
11.2. Depósito	315
11.3. Procedimento	319
11.3.1. Procedimento quando da exigibilidade do tributo por mais de um ente	319

Capítulo 12**AÇÃO DECLARATÓRIA.....** 321

12.1. Cabimento.....	321
12.2. Procedimento	323
12.2.1. Eficácia da sentença declaratória e seu cumprimento.....	323

Capítulo 13**AÇÃO ANULATÓRIA.....** 327

13.1. Cabimento e natureza	327
----------------------------------	-----

SUMÁRIO

13.2. Desnecessidade de depósito prévio como pressuposto processual da ação anulatória	328
13.3. Conexão entre ação anulatória e execução fiscal?	329
13.4. Litispendência entre ação anulatória e embargos à execução fiscal?	332

Capítulo 14

AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO	335
14.1. Cabimento	335
14.1.1. O interesse de agir na repetição do indébito pela via judicial	336
14.2. Prazo	340
14.3. Legitimidade	342
14.4. Tramitação da ação de repetição de indébito durante pedido de compensação?	345
14.5. Cumprimento da sentença que deferir a restituição	347
14.5.1. O cumprimento da sentença que reconheça obrigação de pagar em face da Fazenda Pública	348
15.5.1.1. A impugnação ao cumprimento de sentença	355

Terceira Parte**OUTROS MEIOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS TRIBUTÁRIOS****Capítulo 15**

A CONSENSUALIDADE TRIBUTÁRIA	361
15.1. O acesso à solução justa aos conflitos	361
15.2. Os meios consensuais de solução de conflitos na Administração Pública	364
15.3. Os meios consensuais em matéria tributária	367
15.4. Alguns mecanismos de consensualidade tributária	373
15.4.1. As transações tributárias na Administração Federal_ a Lei n. 13.988/20 ...	374
15.4.2. Outros mecanismos de consensualidade tributária	377
15.5. Riscos à impessoalidade e efeitos concorrenciais na transação tributária	380
15.5.1. As transações por adesão na Lei n. 13.988/20	380
15.5.2. Confidencialidade x publicidade na consensualidade tributária	384
15.6. Negócios jurídicos processuais em matéria tributária	386
15.7. Arbitragem tributária	391
15.7.1. Arbitrabilidade objetiva tributária	395
REFERÊNCIAS	397